

Em jeito de Editorial...

Com a realização da 1ª Sessão do novo Ciclo das Conferências do Casino, dedicado ao tema “Um Tratado - Uma reforma - A caminho de que Europa?” - o Dr. João Abel da Fonseca, neste Noticeas, “conta-nos” como decorreu a sessão - o ICEA dá por concluída a sua actividade “visível” deste ano. Agora, é tempo de balanço e, acima de tudo, de programação para o próximo ano, sabendo desde já que o tema Europa continuará a marcar presença no nosso calendário. Para sabermos mais sobre o futuro do ICEA e para avaliar o que tem sido a actividade desenvolvida, vamos ter, no próximo número do Noticeas, uma entrevista com o Presidente da Direcção, Dr. José de Freitas.

Contamos consigo! Conte connosco.

Na foto: Almirante Vieira Matias, Prof. Adriano Moreira, Prof. Eng. Aires-Barros, Dr. José de Freitas, Prof. Jorge Bacelar Gouveia e Dr. João Abel da Fonseca.



A Europa em debate

Por *João Abel da Fonseca*

Abriu com chave de ouro a 1ª Sessão do novo Ciclo das Conferências do Casino, dedicado ao tema “Um Tratado - Uma reforma - A caminho de que Europa?”. O encontro que consubstanciou também a III Sessão Cultural Conjunta entre o ICEA e a Sociedade de Geografia de Lisboa contou, como sabemos, com a presença de três oradores de peso, todos eles Sócios da prestigiada instituição científica, nossa associada de mérito. Fomos brindados com comunicações de alto nível, como o elevado reconhecimento público da sua competência deixava, desde logo, adivinhar.

Entre os convidados uma referência especial à presença do actual Presidente da SGL, Prof. Eng.º Luís Aires-Barros, bem como do Presidente da Comissão Europeia daquela, Prof. Doutor Fausto Amaro, e dos respectivos Vice-Presidentes, o Dr. José Braga Dias e o Embaixador Dr. Francisco Knopfli.

A abrir a Sessão o nosso Presidente da Direcção Dr. Viegas de Freitas aludiu ao facto de ser, por certo, o ICEA a primeira instituição congénere, em toda a União Europeia, a patrocinar um encontro de reflexão, nas 24 horas imediatas ao histórico acordo que permitirá a assinatura, em Dezembro próximo, do Tratado de Lisboa.

Apresentadas as boas-vindas e feitos os cumprimentos de ocasião, foi dada a palavra ao Presidente do nosso Conselho Superior, Dr. João Abel da Fonseca, coordenador da Sessão e também ele Sócio da SGL, onde é Vogal da Comissão Europeia e da Secção de História.

A Europa em debate

Continuação

Depois de lançar alguns temas de discussão para a sessão e para os futuros encontros, começou por relembrar algumas considerações do saudoso Prof. Jorge Borges de Macedo no seu estudo “O Espírito da Europa”, para situar de seguida os diferentes tópicos susceptíveis de abordagem ao longo do Ciclo. Aludiu ainda ao discurso de encerramento da cimeira proferido pelo 1º Ministro Português, salientando as questões consideradas prioritárias, tal são o debate da Globalização, o desenvolvimento dos vários projectos de redesenho das instituições da União, o problema da Inovação/Educação, leia-se Ensino, a resposta às questões ambientais, bem como a transparência na avaliação do risco nos mercados financeiros. Referiu ainda a intenção de ser criado um Grupo de Sábios que ficará responsável por apresentar propostas e dar pareceres sobre as questões mais candentes a nível europeu e mundial.

Tomou de seguida a palavra o Prof. Adriano Moreira, Presidente Honorário da SGL, que a propósito do título da sua lição - “A evolução do conceito estratégico da Europa” - introduziu, como pensamento chave, a ideia a consagrar de que a Europa tem que ter fronteiras amigas, para que se gere no seu seio um clima de Paz, necessário ao desejado progresso sustentado. As duas grandes guerras tiveram, na opinião do orador, contornos de «guerra civil europeia», em que os EUA foram chamados a intervir para resolverem um problema interno entre os Estados do Velho Continente, onde deixaram cemitérios repletos de cruces da sua juventude, caída na defesa de um problema que, em verdade se diga, não era seu. As anunciadas cimeiras com a Rússia e a África têm de ser encaradas nesse âmbito das fronteiras amigas, sendo que o problema da entrada da Turquia evidenciará, à partida, duas sérias reflexões: o da importação do conflito com os Curdos e o da natural pretensão de Marrocos em se juntar ao grupo. Relembrou ainda o já conhecido caso da Euráfrica e o desaparecimento prematuro da CCTA sem certidão de óbito passada.

Persistem graves problemas aos Estados africanos, emergentes dos diferentes processos de descolonização, que ainda se encontram por resolver, e para os quais a Europa tem um papel a desempenhar, a par da natural tendência para as migrações no sentido da busca de melhor vida. Foi também salientado o facto da Europa ser carente de espaço estratégico de manobra, e ter de aprofundar o

diálogo Norte-Sul a nível do Atlântico, relembrando uma antiga ambição de alargamento do espaço NATO ao hemisfério Sul. A concluir, o douto académico referiu o facto da UE ser um OPNI - objecto político não identificado, bem como a necessidade pragmática de se perceber em que é que as instituições europeias, para além dos sucessivos Tratados, têm que funcionar melhor.

Seguiu-se o Prof. Jorge Bacelar de Gouveia que invocou a sua presença, não na qualidade do cargo que ocupa, mas na de docente universitário de Direito. Numa síntese brilhante resumiu o que de mais significativo nos trará o acordo que consubstanciará o Tratado de Lisboa, apontando o que chamou de “Luzes e Sombras do Tratado de Lisboa”, ou se se preferir os

seus 7 pecados e as suas 7 virtudes. Logo a abrir salientou o facto da UE só agora passar a ter personalidade política, com a reformulação dos Tratados de Roma - Tratado da União Europeia, e de Maastricht - Tratado do Funcionamento da União Europeia. Acresce ainda a consagração em anexos, com força jurídica, de alguns outros textos, tal são a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, redigida, em 1950, no seio do Conselho da Europa, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, anexa ao Tratado de Nice, de 2000, bem como da Carta Social Europeia.

O novo Tratado, rejeitando a orientação federalista e a natureza constitucional, fez ainda vingar a rejeição do Princípio da Prevalência das normas da União sobre as legislações nacionais e das próprias constituições, exceptuando os casos particulares da Segurança e da Defesa, e fazendo triunfar, antes, o Princípio da Subsidiariedade, pesem algumas competências exclusivas para legislar, a par de outras partilhadas e/ou de coordenação.

Foram considerados passos menos válidos o da criação de um ministro dos negócios estrangeiros da União como Alto Representante para os Negócios Estrangeiros da Europa, e o facto de não ter sido possível inscrever neste acto refundacional a alusão ao Cristianismo, uma falta de evidente lesa verdade histórica. Verdaderamente negativos foram considerados: 1. - a abolição da necessidade da unanimidade nas decisões, substituída que foi pela da dupla maioria de 55% dos Estados e 65% da População, privilegiando, notoriamente, os grandes países, como a Alemanha, a França, a Polónia, a Espanha, o Reino Unido e a Itália; 2. - a substituição das Presidências



A Europa em debate Continuação

rotativas dos Estados Membros e das Troicas Comunitárias, pela Presidência Eleita Fixa, por períodos de dois anos e meio, sob a desculpa de que os países pequenos não teriam capacidade para exercer a rotatividade, o que nunca aconteceu e ficou por demonstrar, 3. - a redução do número de Comissários de 27, ou seja de um por Estado Membro, para 2/3, ou seja apenas 18, sendo que não mais será possível que todos possam contar sempre com um seu representante com assento nas reuniões da Comissão, podendo contribuir activamente, bem como mantendo-se realmente informados das decisões, no que colhem prejuízo os pequenos países.

Em matéria de processo ficou de fora a referência à forma como se procederia à ratificação, sendo certo que só a Irlanda, por exigência da sua Constituição, se veja obrigada a recorrer, para o efeito, à figura do referendo. Não discutindo a ratificação por via parlamentar, com a legitimidade democrática que a democracia representativa consigna, restarão, mesmo assim, novos problemas no período pós-assinatura.

Foi também referido o facto de Portugal, mais papista que o papa, ter introduzido uma emenda na sua Constituição, face ao texto do antigo documento, que consignava a prevalência absoluta, que deixou agora de ter qualquer significado. Não foi referido, por notória falta de tempo, o Compromisso de Ioannina, que colmatou uma pretensão polaca e veio a consagrar uma disposição, que permite aos países em minoria adiarem algumas decisões, durante um determinado período de tempo.

O último orador da Sessão foi o Almirante Nuno Vieira Matias, antigo Chefe do Estado-Maior da Armada e Director da SGL dissertou sobre “União Europeia. Uma visão oceânica ou um olhar costeiro”, manifestando sérias reservas às novas disposições que, nomeadamente cometem à União as decisões sobre os recursos marinhos, de tão grande importância para Portugal. Foi referido o Livro Verde sobre as estratégias para o Mar, cujas recomendações não foram contempladas no documento ora redigido, bem como a falta de disposições legais em matéria de

Segurança e Defesa a nível dos efectivos das forças navais.

Se bem que se defina a necessidade da criação de uma política comum integrada numa rede europeia de vigilância marítima, com o respectivo sistema de monitorização, ficou omissa o processo de controle das fronteiras marítimas e os casos de terrorismo. O caminho marítimo da Europa, na área dos diversos mares que integram a União, desde o Mar do Norte ao Mar Negro, com as suas potencialidades e recursos, incluindo os energéticos, foram temas abordados com pormenor. O facto da grande parte do comércio europeu se desenvolver por via marítima não acolheu no novo texto a respectiva importância, bem como a regulamentação das diversas actividades, tal é o caso das Pescas. Ficou ainda por definir a política de segurança de pessoas e bens e o controle dos portos, numa área que comporta nada menos que 900 ilhas, sendo que, nessa matéria, se aguarda legislação específica, a produzir. Já a concluir foram dados exemplos da constituição de Clusters para o Mar, com grande sucesso, em diversos países europeus.

Nos períodos que se seguiram às intervenções houve debate, por vezes aceso, tendo a Sessão encerrado com palavras de elogio à organização da

Sessão por parte do Presidente da SGL, que louvou este tipo de protocolos entre instituições, e no caso particular, também a iniciativa e o tema escolhido, considerando-o da maior actualidade. Foi então recordado que no próximo ano caberá à SGL organizar a IV Sessão Cultural Conjunta, a realizar na sede da Sociedade, e para a qual ficaram todos os presentes, desde já, convidados.

Coube ao Presidente da Direcção do ICEA as palavras finais de agradecimento aos oradores, aos convidados e aos associados das duas instituições, que se privaram dum bela tarde solarenga de Sábado para se associarem ao evento, aproveitando para chamar a atenção para as próximas 3 Sessões do Ciclo ora iniciado, e cujas datas e programa serão, oportunamente, anunciadas.

